



**CONCORRÊNCIA NACIONAL**

**CADERNO DE BASES E CONDIÇÕES**

**NF 0413-26**

**ADITAMENTO 1**

**SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO, EDIÇÃO E FINALIZAÇÃO DE MATERIAIS  
AUDIOVISUAIS, DESTINADOS AO REGISTRO E DIVULGAÇÃO  
INSTITUCIONAL E/OU MERCADOLÓGICA**

DIRETORIA FINANCEIRA

**ÍNDICE****PÁG. Nº**

CAPÍTULO I .....	1
INSTRUÇÕES GERAIS .....	1
1.2 ASPECTOS JURÍDICOS .....	1
1.3 REGIME TRIBUTÁRIO .....	1
1.4 CONSULTA, RESPOSTA E ADITAMENTO .....	1
1.5 DILIGÊNCIA .....	2
1.6 FORMA DE COMUNICAÇÃO .....	2
1.7 RESTRIÇÕES .....	3
1.8 REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO .....	4
1.9 IMPUGNAÇÃO .....	4
1.10 INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS QUE REGULAM ESTA CONCORRÊNCIA .....	4
CAPÍTULO II .....	1
DAS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS .....	1
2.1 MODALIDADE, TIPO, REGIME DE CONTRATAÇÃO, RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E VIGÊNCIA .....	1
2.2 FINALIDADE E OBJETO .....	1
2.3 CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO .....	1
2.4 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO .....	2
2.5 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA .....	3
2.6 ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL .....	4
2.7 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL .....	5
2.8 RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL .....	6
2.9 JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES .....	7
2.10 SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL .....	9
2.11 JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS .....	9
2.12 JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS .....	20
2.13 CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL .....	22
2.14 RESULTADO FINAL DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL .....	23
2.15 RECURSO ADMINISTRATIVO .....	24
2.16 ASSINATURA DO CONTRATO .....	24
2.17 DEVOLUÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL .....	25
CAPÍTULO III .....	25
ANEXOS .....	25

## **CAPÍTULO I**

### **INSTRUÇÕES GERAIS**

#### **1.1 IDIOMA**

Este Caderno de Bases e Condições (CBC) é editado exclusivamente em português.

#### **1.2 ASPECTOS JURÍDICOS**

##### **1.2.1 Natureza Jurídica da ITAIPU**

A ITAIPU é entidade binacional de direito internacional público, instituída pelo Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai em 26 de abril de 1973, o qual foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 23, de 22 de maio de 1973 (Diário do Congresso Nacional, de 01.06.73, p. 1659) e promulgado pelo Decreto nº 72.707, de 28 de agosto de 1973 (Diário Oficial de 30.08.73, p. 8642/6), e no Paraguai pela Lei nº 389, de 13 julho de 1973.

##### **1.2.2 Característica da Licitação**

Na forma do Tratado celebrado entre o Brasil e o Paraguai em 26 de abril de 1973, a presente licitação será regida pela Norma Geral de Licitação (NGL) da ITAIPU, aplicando-se, no que couber, a legislação brasileira.

##### **1.2.3 Etapas deste Procedimento**

O presente procedimento se realizará nas seguintes etapas: (i) julgamento da habilitação, (ii) julgamento e classificação das propostas técnicas e das propostas de preços.

#### **1.3 REGIME TRIBUTÁRIO**

Aplica-se a esta contratação as condições estabelecidas no Capítulo Disposições Gerais sobre o Regime Tributário da Minuta de Contrato, Anexo VI deste CBC.

#### **1.4 CONSULTA, RESPOSTA E ADITAMENTO**

##### **1.4.1 Observado o Calendário de Eventos, Anexo I:**

- a) a proponente poderá formular consulta sobre este CBC;
- b) a ITAIPU encaminhará a consulta com a sua resposta, com a garantia do sigilo daquela que solicitou o esclarecimento, a todas as proponentes. A resposta constituirá aditamento a este CBC.

**1.4.2** A ITAIPU poderá, por intermédio da Superintendência de Compras, aditar este CBC até a data da sessão pública inaugural, mediante publicação na imprensa ou pelos meios indicados em 1.6 deste CBC.

**1.4.3** O aditamento prevalece sempre em relação ao que foi editado.

## **1.5 DILIGÊNCIA**

**1.5.1** Em qualquer fase do processo licitatório, a ITAIPU, por intermédio da Superintendência de Compras, poderá promover diligências para esclarecer, sanear e/ou complementar a instrução do processo.

**1.5.2** Admitir-se-á que os interessados, em resposta à diligência promovida, procedam a juntada posterior de documento cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação das propostas.

**1.5.3** Poderão ser objeto de saneamento tanto os erros formais como os materiais irrelevantes, seja em relação às propostas ou aos documentos para a habilitação.

**1.5.4** A ITAIPU dará conhecimento da diligência realizada, bem como de sua resposta, a todas as proponentes participantes do certame.

**1.5.5** As proponentes notificadas para prestar esclarecimentos deverão fazê-lo no prazo determinado pela ITAIPU, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

**1.5.6** Não será permitido o uso de diligência para comprovar outras experiências que não aquelas retratadas nos atestados ou certificados inicialmente apresentados.

**1.5.7** Em caso de documentos emitidos por instituições públicas brasileiras ou paraguaias, a CLNP, a seu critério, poderá consultar o site oficial da instituição para verificação da regularidade do documento.

## **1.6 FORMA DE COMUNICAÇÃO**

**1.6.1** Toda comunicação entre a ITAIPU e a proponente será realizada exclusivamente por escrito, por meio de ata de sessão pública, carta oficial ou correspondência eletrônica (e-mail).

**1.6.1.1** No caso da correspondência eletrônica, será utilizado o endereço de e-mail registrado no cadastro de fornecedores e/ou informado pelo representante da proponente durante a sessão pública.

**1.6.1.2** Os prazos da licitação terão início na data do envio da correspondência eletrônica pela ITAIPU.

**1.6.1.3** Considera-se que a proponente tomou ciência da comunicação na data do envio do e-mail pela ITAIPU ao endereço registrado no cadastro de fornecedores e/ou informado pelo representante da proponente durante a sessão pública, independentemente de confirmação de recebimento pelo destinatário.

**1.6.1.4** É responsabilidade exclusiva da proponente:

a) manter endereço eletrônico válido e atualizado junto à ITAIPU;

b) monitorar regularmente sua caixa de entrada e garantir condições adequadas para o recebimento das comunicações eletrônicas, incluindo:

- b.1) funcionamento contínuo do serviço de e-mail;
- b.2) ausência de bloqueios de remetente ou filtros indevidos (spam, lixo eletrônico);
- b.3) capacidade de armazenamento suficiente;
- b.4) atualização de credenciais e configurações necessárias para acesso;
- b.5) adoção de medidas preventivas contra indisponibilidade por manutenção, falhas de rede ou problemas internos.

**1.6.1.5** A ITAIPU não se responsabiliza por falhas decorrentes de problemas técnicos, restrições de acesso, configurações inadequadas ou qualquer outro motivo imputável à proponente.

**1.6.2** A ITAIPU publicará na internet, no site [www.itaipu.gov.br](http://www.itaipu.gov.br), os aditamentos desta licitação, ficando sob a responsabilidade da proponente o acompanhamento do processo.

**1.6.3** O resultado das etapas de julgamento da habilitação, das propostas técnica e de preços e declaração do vencedor será comunicado, por intermédio da Superintendência de Compras, a todas as proponentes na própria sessão pública ou por comunicação oficial.

## **1.7 RESTRIÇÕES**

**1.7.1** Não poderão participar das licitações, nem contratar com a ITAIPU:

- a) pessoas físicas ou jurídicas sob regime de quebra ou de insolvência civil, ou em recuperação judicial ou extrajudicial;
- b) pessoas físicas ou jurídicas submetidas à penalidade de Suspensão Temporária de Cadastro na ITAIPU, na ENBPar, na ANDE, em órgãos ou entidades públicas federais do Brasil, bem como órgãos ou entidades públicas do Paraguai, durante a vigência da penalidade;
- c) pessoas físicas ou jurídicas declaradas inidôneas, sendo assim consideradas, entre outras, aquela condenada com trânsito em julgado por praticar fraude no recolhimento de tributos ou contribuições sociais, crime ambiental, trabalho escravo, discriminação de raça ou gênero, ou prática de ato ilícito visando frustrar o caráter competitivo de licitação promovida pela ITAIPU ou qualquer ente da Administração Pública Brasileira;
- d) pessoas jurídicas em que Conselheiros, Diretores, empregados da ITAIPU, assim como pessoal cedido ou requisitado, sejam proprietários, sócios ou que exerçam funções de direção, exceto entidades sem fins lucrativos;
- e) Pessoas físicas ou jurídicas que tenham ou venham a obter informações privilegiadas ou vantagens capazes de prejudicar a lisura e a isonomia do processo de contratação, demonstradas a partir de motivo concreto aferido em processo interno próprio. Reputam-se informações privilegiadas, entre outras, para fins da presente alínea, aquelas obtidas de qualquer instância institucional da ITAIPU e que digam respeito a aspectos estratégicos da contratação que, não divulgados aos demais interessados, criem benefícios competitivos aos que delas dispuserem.

**1.7.2** A proponente adjudicatária não poderá subcontratar outra proponente que participar desta licitação.

## **1.8 REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

A ITAIPU poderá revogar ou anular esta licitação, em qualquer etapa, por meio de ato formal devidamente fundamentado.

## **1.9 IMPUGNAÇÃO**

**1.9.1** Qualquer pessoa interessada é parte legítima para impugnar este CBC, observado, sob pena de preclusão, o prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública de entrega dos invólucros contendo as propostas técnica e comercial e a documentação para a habilitação.

**1.9.2** A impugnação, que não terá efeito recursal, feita tempestivamente por proponente interessada não a impedirá de participar da licitação até o trânsito em julgado administrativo da decisão a ela pertinente.

**1.9.3** A impugnação deverá indicar a situação ou os itens específicos do CBC considerados irregulares, devendo ser acompanhada das razões que a sustentam. A apresentação de impugnação sem os requisitos estabelecidos não será conhecida.

**1.9.4** O endereço para apresentar a impugnação consta do Calendário de Eventos, Anexo I deste CBC.

## **1.10 INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS QUE REGULAM ESTA CONCORRÊNCIA**

**1.10.1** As normas que disciplinam esta concorrência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da participação, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**1.10.2** Os casos não previstos neste CBC serão decididos pela CLNP.

## **1.11 COMISSÃO DE LICITAÇÃO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE (CLNP)**

**1.11.1** A decisão do julgamento dos documentos de Habilitação, das Propostas Técnica e Comercial é atribuição da Comissão de Licitação e Negociação Permanente (CLNP), a qual atuará em conformidade com a NGL.

**1.11.2** Conforme previsto no artigo 32, parágrafo 3º da NGL, a CLNP poderá solicitar o parecer de profissionais da ITAIPU de reconhecida capacidade técnica como apoio às suas atividades, especialmente no que diz respeito à análise e valoração das Propostas Técnicas, de acordo com os parâmetros constantes no item 2.11 deste CBC.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS**

#### **2.1 MODALIDADE, TIPO, REGIME DE CONTRATAÇÃO, RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E VIGÊNCIA**

**2.1.1 Modalidade:** concorrência.

**2.1.2 Tipo:** técnica e preço.

**2.1.3 Regime de Contratação:** preço unitário.

**2.1.4 Recursos Orçamentários:**

- a) os dispêndios com o contrato resultante desta concorrência estão estimados em, no máximo, R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), podendo ser aditado, nos termos da Norma Geral de Licitação da ITAIPU.
- b) a ITAIPU se reserva o direito de utilizar ou não o valor total estimado, a seu exclusivo critério.

**2.1.5 Vigência:** 36 (trinta e seis) meses.

#### **2.2 OBJETO**

Selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de captação, edição e finalização de materiais audiovisuais, destinados ao registro e divulgação institucional e/ou mercadológica da ITAIPU, ordinariamente requisitados na área de abrangência prioritária, a saber, todo o estado do Paraná e sul do Mato Grosso do Sul, conforme explicitado no ANEXO III - Especificações Técnicas; ou, excepcionalmente, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, de acordo com os interesses da Entidade; os referidos serviços incluem o planejamento, a execução, a análise e o controle das atividades estabelecidas no ANEXO III - Especificações Técnicas.

#### **2.3 CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO**

**2.3.1** Poderá participar desta licitação a empresa estabelecida no Brasil cujo ramo de negócio, definido em seus atos constitutivos, for pertinente ao objeto desta licitação e desde que atenda aos requisitos estabelecidos neste CBC e seus anexos.

**2.3.2** Nesta licitação é vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

**2.3.3** A participação da proponente neste certame implica manifestação tácita de que:

- a) respeita a legislação pertinente à contratação de menores;
- b) conhece e respeita, no que lhe é aplicável, as políticas e diretrizes quanto à equidade de gênero, vigentes na ITAIPU, e que estão disponíveis no endereço [www.itaipu.gov.br](http://www.itaipu.gov.br);

- c) conhece e aceita o “Código de Conduta para Fornecedores da ITAIPU - Margem Esquerda”, disponível no site <https://compras.itaipu.gov.br>;
- d) conhece e respeita o “Código de Ética da ITAIPU”, aprovado pela RCA-009/13, de 26.04.2013, disponível no site <https://www.itaipu.gov.br/institucional/documentos-oficiais>;
- e) não lhe afeta nenhuma das condições impeditivas para a contratação com ITAIPU, conforme relacionadas em 1.7 deste CBC;
- f) concorda com a utilização por ITAIPU dos documentos apresentados na fase de habilitação, se for o caso, para assentamento no Cadastro de Fornecedores da ITAIPU.
- g) observa preceitos legais e regulamentares em vigor e assume responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo;
- h) resultando contratada, concorda que os estudos, informação, planos e ideias constantes em sua proposta constituem demonstrações de capacidade técnica, e que os mesmos, por tornarem-se públicos, não inferem nenhuma obrigatoriedade ou veto quanto a sua utilização, atual ou futura, pela ITAIPU, independente da condução ou resultado do processo licitatório;
- i) resultando contratada, instalará estrutura operacional adequada à prossecução do objeto contratual, em Foz do Iguaçu - PR, na hipótese de que ainda não a tenha.

## 2.4 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO

2.4.1 A proponente deverá elaborar a documentação para a habilitação conforme estabelecido no Anexo II deste CBC, apresentando-a concomitantemente com as propostas técnica e comercial, atendendo aos seguintes requisitos:

- a) em 2 (duas) vias, sendo uma constituída de originais ou de cópias autenticadas, com exceção do CRC que, por ser documento emitido por ITAIPU, poderá ser apresentado somente em cópia simples;
- b) com todas as folhas, de cada uma das vias, numeradas sequencialmente e rubricadas;
- c) em invólucro fechado e indevassável, contendo na sua parte externa a seguinte identificação:

---

**INVÓLUCRO “A”  
DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA NACIONAL  
NF 0413-26**

PROPONENTE: \_\_\_\_\_



ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

FONE: \_\_\_\_\_

**2.4.2** Havendo necessidade de utilizar mais de um invólucro, deverá ser obedecida a seguinte designação alfanumérica: Invólucro A-1, A-2 ...

**2.4.3** Em nenhuma hipótese serão autenticadas pela Comissão de Recepção da ITAIPU fotocópias ou quaisquer outras reproduções de documentos, ainda que exibidas pela proponente as respectivas vias originais.

**2.4.4** Na hipótese de a proponente ter filial, todos os documentos para a habilitação deverão estar ou em nome da matriz ou da filial, dependendo de qual delas for a proponente, salvo aqueles documentos que, por sua natureza, devem ser necessariamente emitidos em nome da matriz.

**2.4.5** A documentação proveniente de outros países que não o Brasil ou o Paraguai deverá ser apresentada de acordo com os seguintes requisitos:

- a) autenticada pela representação diplomática brasileira ou paraguaia, no país onde estiver estabelecida a emitente do documento;
- b) acompanhada de tradução para o português, realizada por tradutor juramentado no Brasil, ou para o castelhano, realizada por tradutor juramentado no Paraguai, se não for originalmente redigida em português ou castelhano.

**2.4.5.1** Facultativamente, a documentação referida em 2.4.5 poderá ser apresentada em tradução livre, sem a autenticação consular ou apostilamento. Porém, neste caso, na hipótese de resultar vencedora desta licitação, deverá a proponente reapresentá-la por tradutor juramentado no prazo fixado em 2.16.

**2.4.5.2** As documentações requeridas em 2.4.5 do CBC poderão ser autenticadas via consular ou por Apostila.

**2.4.6** Caso sejam apresentadas cópias dos documentos de habilitação, dentre elas, impressões físicas de documentos nato-digiais, sua validade estará condicionada a:

- a) declaração de advogado, sob sua responsabilidade pessoal; ou
- b) autenticação realizada por cartório; ou
- c) apresentação de código de verificação de autenticidade e veracidade.

**2.4.7** As assinaturas eletrônicas apostas em documentos particulares utilizados para habilitação deverão ser do tipo avançada ou qualificada, nos termos da Medida Provisória 2.200/2001 e da Lei nº 14.063/2020.

## **2.5 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA**

**2.5.1** A proponente deverá elaborar o conteúdo para a proposta técnica, conforme estabelecido no item 2.11.2 deste CBC, apresentando-a concomitantemente com a documentação para a habilitação e a proposta comercial, atendendo aos seguintes requisitos:

- a) em 2 (duas) vias, uma original e a outra poderá ser cópia ou original;
- b) todas as folhas de cada uma das vias deverão ser numeradas sequencialmente e rubricadas;
- c) em invólucro fechado e indevassável, contendo na sua parte externa a seguinte identificação:

---

**INVÓLUCRO “B”  
PROPOSTA TÉCNICA**

**CONCORRÊNCIA NACIONAL NF 0413-26**

PROPONENTE: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

FONE: \_\_\_\_\_

---

**2.5.2** Havendo necessidade de utilizar mais de um invólucro, deverá ser obedecida a seguinte designação alfanumérica: Invólucro B-1, B-2 ...

## **2.6 ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL**

**2.6.1** A proposta comercial deverá ser apresentada em planilha, conforme modelo do Anexo V - Planilha de Preços, considerando:

- a) que nos preços unitários propostos para os itens dos Grupos A, B e C da Anexo V - Planilha de Preços se encontrem incluídos todos os tributos e encargos de qualquer natureza ou espécie;
- b) que a taxa de remuneração a ser proposta sobre os custos de serviços contratados de terceiros, referente ao Grupo D do Anexo V - Planilha de Preços, se encontrem incluídos todos os tributos e encargos de quaisquer natureza ou espécie;
- c) que os serviços descritos no Anexo V - Planilha de Preços são estimados, não representando garantia de faturamento, e que serão demandados de acordo com as necessidades de serviços, a exclusivo critério de ITAIPU;
- d) a cotação de preços para todos os itens em licitação.

**2.6.1.1** A Proposta Comercial deverá atender, ainda, os seguintes requisitos:

- a) ser redigida em português - salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente;

- b) não deverá conter emenda, entrelinha, rasura, borrão, observação nem condicionante;

**2.6.2** Na cotação, a proponente deverá considerar:

- a) os dispêndios com o contrato resultante desta licitação, pelos 36 (trinta e seis) meses, que estão estimados em, no máximo, R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- b) o direito da ITAIPU utilizar ou não o valor total estimado, conforme estabelecido em 2.1.4 letras “a” e “b”;
- c) a forma de pagamento e o prazo de vigência da contratação, nos termos da Minuta de Contrato, Anexo VI;
- d) o regime tributário referido em 1.3 deste CBC.
- e) todos os custos, de qualquer natureza, incorríveis para a prestação dos serviços.

**2.6.3** Não será aceita proposta comercial alternativa, nem oferta de vantagem não prevista neste CBC, nem preço ou taxa baseada nas propostas comerciais das demais proponentes.

**2.6.4** A proposta será considerada válida pelo prazo de 90 (noventa) dias da sua apresentação.

**2.6.5** A data-base contratual corresponderá à data estabelecida para a entrega da proposta comercial.

**2.7 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL**

**2.7.1** A proposta comercial deverá ser apresentada atendendo aos seguintes requisitos:

- a) em 2 (duas) vias, sendo uma original e outra cópia simples;
- b) com todas as folhas de cada uma das vias deverão ser numeradas sequencialmente e rubricadas; a última deverá estar assinada;
- c) em invólucro fechado e indevassável, contendo na sua parte externa a seguinte identificação:

---

**INVÓLUCRO “C”  
PROPOSTA COMERCIAL**

**CONCORRÊNCIA NACIONAL NF 0413-26**

PROPONENTE: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

FONE: \_\_\_\_\_

---

**2.7.2** Havendo necessidade de utilizar mais de um invólucro, deverá ser obedecida a seguinte designação alfanumérica: Invólucro C-1, C-2 ...

## **2.8 RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL**

**2.8.1** Os invólucros “A”, “B” e “C” somente serão recebidos pela Comissão de Recepção da ITAIPU na sessão pública a ser realizada para esse fim, no dia, horário e local estabelecidos no Calendário de Eventos, Anexo I deste CBC.

**2.8.1.1** Após o horário fixado como limite no Anexo I - Calendário de Eventos deste CBC para o recebimento dos invólucros, não se aceitará a participação de retardatária, a não ser como ouvinte.

**2.8.2** O representante da proponente deverá se apresentar na sessão pública com a seguinte documentação:

- a) documento oficial com foto;
- b) instrumento público ou particular de procuração, com comprovação de competência de seu(s) signatário(s), com poderes para intervir e praticar todos os demais atos ou operações inerentes à presente licitação.

**2.8.2.1** Em se tratando de proprietário ou sócio, o representante deverá apresentar o original ou a cópia do registro comercial, do ato constitutivo, do estatuto ou do contrato social, em prova de poder exercer direitos e contrair obrigações em nome da proponente.

**2.8.2.2** A não-apresentação dos documentos citados em 2.8.2 não implicará exclusão da proponente do certame, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela proponente.

**2.8.3** A participação da proponente neste certame implica aceitação, de todos os termos e disposições contidas neste CBC.

**2.8.4** Uma vez entregues as propostas técnica e comercial, a proponente somente poderá retirá-las mediante manifestação formal, antes da abertura do respectivo invólucro, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela ITAIPU.

**2.8.5** Na sessão a que se refere o 2.8.1, será aberto o invólucro “A”. Uma das vias da documentação será rubricada pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes, sendo guardada em invólucro fechado e rubricado pelos representantes citados.

**2.8.7** A inobservância por parte da proponente do disposto em 2.4.1, alínea “b”, no que concerne a rubricas e numeração sequencial, poderá ser suprida pela proponente nessa sessão.

**2.8.8** Os invólucros “B” e “C” serão rubricados pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes, permanecendo fechados até a sessão pública a ser convocada para a sua abertura, conforme disposto em 2.10.

**2.8.9** Ato seguido, a Comissão de Recepção da ITAIPU poderá:

- a) suspender momentaneamente a sessão pública e, neste caso, encaminhará a documentação para análise e julgamento nos termos do 2.9, o que poderá ocorrer em ato reservado no mesmo recinto da sessão pública ou em outro separado, ou
- b) declarar encerrada a sessão pública de recebimento dos invólucros.

**2.8.10** Em qualquer das hipóteses relacionadas em 2.8.8, a sessão pública será documentada em ata circunstanciada, assinada pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes, na qual registrar-se-ão todas as ocorrências havidas.

## **2.9 JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES**

**2.9.1** O julgamento da documentação para a habilitação é de responsabilidade da CLNP.

**2.9.2** A documentação para a habilitação deverá estar de acordo com as exigências estabelecidas neste CBC. A inobservância implicará inabilitação da proponente.

**2.9.3** Para a habilitação econômico-financeira de empresas não cadastradas na modalidade de Cadastro Completo, além da verificação da conformidade da documentação apresentada conforme 2.4.1 proceder-se-á com a aferição dos seguintes indicadores contábeis, sendo que a pontuação mínima exigida para a habilitação é igual a 2 (dois) pontos, resultante do somatório de pontos da equação da alínea "a" dos incisos I, II, III e IV seguintes:

**I) Liquidez Corrente:** obtida por meio da seguinte fórmula:

- a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 3 (três), calculada por meio da seguinte equação:
- b) se o denominador for igual a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 3 (três);
- c) se o indicador "Y" resultar negativo, a pontuação atribuída será igual a 0 (zero);
- d) se o numerador e o denominador forem iguais a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 0 (zero).

**II) Liquidez Geral:** obtida por meio da seguinte fórmula:

- a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 2 (dois), calculada por meio da seguinte equação:

- b) se o denominador for igual a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 2 (dois);
- c) se o indicador "Y" resultar negativo, a pontuação será igual a 0 (zero);
- d) se o numerador e o denominador forem iguais a 0 (zero), a pontuação será igual a 0 (zero).

**III) Endividamento do Patrimônio Líquido:** obtido por meio da seguinte fórmula:

- a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 3 (três), calculada por meio da seguinte equação:
- b) se o numerador for igual a 0 (zero) e o denominador for positivo, a pontuação atribuída será igual a 3 (três);
- c) se o indicador "Y" resultar negativo, a pontuação atribuída será igual a 0 (zero).

**IV) Auto-Financiamento do Ativo Permanente:** obtido por meio da seguinte fórmula:

- a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 2 (dois), calculada por meio da seguinte equação:
- b) se o numerador for positivo e o denominador for igual a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 2 (dois);
- c) se o indicador "Y" resultar negativo, a pontuação atribuída será igual a 0 (zero);
- d) se o numerador e o denominador forem iguais a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 0 (zero).

**2.9.2.1** A nomenclatura das fórmulas e equações anteriormente citadas é a seguinte:

AC = Ativo Circulante  
PC = Passivo Circulante  
RLP = Realizável a Longo Prazo  
ELP = Exigível a Longo Prazo  
ET = Exigível Total

PL = Patrimônio Líquido  
AP = Ativo Permanente  
X = Indicador Encontrado  
Y = Pontuação

**2.9.4** Ocorrendo a inabilitação de todas as proponentes, é facultado à ITAIPU solicitar a apresentação de nova documentação, escoimadas as causas que implicaram inabilitação. O prazo para a apresentação, atendidos os requisitos exigidos em 2.4.1, é de 8 (oito) dias úteis contados da data da solicitação.

**2.9.5** Concluída ou não a fase de julgamento da habilitação, a Superintendência de Compras, na forma estabelecida em 1.6 reabrirá a sessão pública suspensa nos termos do 2.8.9, alínea “a”, e caso:

- a) concluído o julgamento, comunicará o resultado da etapa de habilitação e abrirá, na mesma sessão pública, os invólucros que contenham as propostas técnicas e comerciais das proponentes habilitadas, procedendo, então, de acordo com o disposto no subitem 2.8; ou
- b) não concluído o julgamento, convocará nova sessão pública para a abertura das propostas comerciais, indicando o local, a data e a hora da sua realização.

**2.9.5.1** A comunicação do resultado do julgamento da documentação para a habilitação ocorrerá na forma estabelecida em 1.6.

**2.9.6** O recurso administrativo contra o julgamento da habilitação somente poderá ser oferecido depois de concluída a fase de julgamento e classificação das propostas técnicas e comerciais, nos termos do disposto em 2.15.

**2.9.7** Havendo superveniência de fato impeditivo da habilitação, fica a proponente obrigada a declará-lo sob as penalidades legais cabíveis.

## **2.10 SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL**

**2.10.1** A Comissão de Recepção da ITAIPU abrirá, em sessão pública, os invólucros “B” e “C”, das proponentes habilitadas, sendo uma das vias rubricadas por todos, consignando-se esta formalidade em ata.

**2.10.2** A inobservância por parte da proponente do disposto em 2.5.1 e 2.7.1, ambos alínea “b”, no que concerne a rubricas e numeração sequencial, poderá ser suprida pela proponente nessa sessão, fazendo-se o registro da ocorrência na ata correspondente.

**2.10.3** Uma das vias da documentação será a seguir guardada em invólucro fechado e rubricado pelos representantes citados, ficando arquivada na Superintendência de Compras.

**2.10.4** A sessão pública será documentada em ata circunstanciada, assinada pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes, na qual registrar-se-ão todas as ocorrências havidas.

## **2.11 JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS**

**2.11.1** O julgamento e a classificação das propostas técnicas é responsabilidade da CLNP.

**2.11.1.1** A CLNP poderá solicitar o parecer de profissionais da ITAIPU, de reconhecida capacidade técnica, como apoio às suas atividades, conforme subitem 1.11.2 deste CBC.

**2.11.1.2** O parecer dos profissionais da ITAIPU deverá apresentar uma sugestão de pontuação, acompanhada de devida motivação técnica. A opinião do parecer não vincula o julgamento da CLNP.

**2.11.1.3** A CLNP poderá fundamentar suas decisões por remissão (*per relationem ou aliunde*), mediante adoção expressa das análises constantes de pareceres ou manifestações técnicas produzidas no processo licitatório, que funcionarão como motivação do ato decisório, permanecendo, para todos os efeitos, a responsabilidade exclusiva do colegiado.

**2.11.2** A proposta técnica deverá atender as exigências contidas neste CBC, sendo que sua inobservância implicará desclassificação da proponente.

**2.11.3** Serão considerados como critérios de julgamento técnico os seguintes requisitos a serem comprovados pela proponente:

**2.11.3.1 ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (IQT)**

(IQT)  
**PONTUAÇÃO MÁXIMA: 100 pontos**

**2.11.3.1.1** Pontuar-se-á a aptidão da proponente para o desempenho de atividades pertinentes ao objeto desta licitação por meio da avaliação dos seguintes quesitos:

**(QT1) Tempo de atuação no mercado.**  
**Pontuação Máxima no Quesito: 20 pontos**

Tempo de atuação da proponente no segmento de produção e edição de materiais audiovisuais, que será aferido na análise da seguinte documentação:

- a) prova do registro comercial, em se tratando de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, também os documentos da eleição de seus atuais administradores;
- c) prova de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de sua representação legal.

O quesito (QT1) será avaliado conforme critério a seguir: **2 (dois) pontos por ano completo de constituição de empresa, até o máximo de 20 (vinte) pontos (dez anos ou mais).**

**(QT2) Experiência nos segmentos específicos de produção e edição de materiais audiovisuais.**  
**Pontuação Máxima no Quesito: 50 pontos**



A) **Clientes e natureza dos serviços prestados pela proponente:** apresentação de no máximo 5 (cinco) atestados, emitidos por pessoas jurídicas distintas, que podem ser clientes diretos, agências ou veículos de comunicação, comprovando que a proponente realizou serviços nas seguintes categorias: A1) Produção de audiovisual institucional (vídeo empresa ou similar), A2) Produção de comercial de televisão; A3) Cobertura ou produção de conteúdo jornalístico; A4) Transmissão online de eventos.

**Para fins do QT2(A), será admitido apenas 1 (um) atestado por pessoa jurídica.**

Um mesmo atestado poderá declarar a execução de mais de uma das categorias de serviços relacionados, contudo, observa-se que a pontuação será por atestado.

Os atestados apresentados devem conter a identificação do signatário e a sua função.

A pontuação a ser atribuída corresponderá:

QUESITO	CATEGORIA DE SERVIÇOS	QUANTITATIVO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
A) Clientes e natureza dos serviços prestados pela proponente.	A1) Produção de audiovisual institucional (vídeo empresa)	10 (dez) pontos a cada atestado apresentado	50 pontos
	A2) Produção de comercial de televisão.		
	A3) Cobertura ou produção de conteúdo jornalístico		
	A4) Transmissão online de eventos		

**Critério eliminatório: cada categoria de serviços (A1, A2, A3 e A4) deve ser comprovada em, no mínimo, um dos atestados apresentados. Caso não seja comprovada, a proposta técnica da proponente será desclassificada.**

A pontuação do quesito QT2(A) será cumulativa por documento apresentado, atribuída na razão de 10 (dez) pontos por atestado, até o limite de 5 (cinco) documentos e até o máximo de 50 (cinquenta) pontos.

**(QT3) Adequação da infraestrutura e recursos técnicos disponíveis.**  
**Pontuação Máxima no Quesito: 30 pontos.**

Apresentação de declaração formal, firmada por representante legal da proponente, sob as penas da lei, confirmando a disponibilidade e o descritivo da infraestrutura e os recursos técnicos colocados à disposição da ITAIPU, em seus escritórios, filiais e representantes, caso houverem, com indicação da cidade, endereço, telefone, e-mail, e que

poderão ser utilizados na consecução do objeto desta licitação, de forma a demonstrar a capacidade da proponente em cumprir com as demandas e obrigações decorrentes do contrato, caso resulte adjudicatária desta licitação, especificando:

**A) Infraestrutura:**

ITEM	DESCRIPTIVO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a.1)	Disponibilidade de estúdio de captação audiovisual, próprio ou contratado, sob disponibilidade contínua, para captação interna; com área específica de Chroma Key, pé direito adequado à iluminação e captação e área interna compatível com filmagens de entrevistas, debates e similares.	5
a.2)	Disponibilidade de 3 (três) ou mais salas ou unidades de edição digital (ilhas), plenamente operacionais	4
a.3)	3 (três) ou mais veículos disponíveis para deslocamento, sendo pelo menos um deles utilitário (pick-ups, vans, SUVs ou similar);	4
a.4)	Disponibilidade de sala de reuniões ou espaço similar em sua sede, compatível com a realização de reuniões de briefing e pré-produção.	2
PONTUAÇÃO MÁXIMA PARA INFRAESTRUTURA		15

**B) Recursos técnicos:**

ITEM	DESCRIPTIVO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
b.1)	5 (cinco) ou mais kits de captação audiovisual (câmera/lentes/áudio/iluminação) prontos para mobilização;	5
b.2)	2 (dois) ou mais equipamentos de drone, conforme especificações, prontos para mobilização.	4
b.3)	2 (dois) ou mais conjuntos de equipamentos para transmissões de eventos online, conforme especificações, prontos para mobilização.	4
b.4)	Disponibilidade de ferramenta de armazenamento digital para repositório e acesso de materiais audiovisuais, com acesso remoto ou em nuvem (online), tais como servidores ou serviços online similares.	2
PONTUAÇÃO MÁXIMA PARA RECURSOS TÉCNICOS		15

**2.11.3.1.2** A pontuação mínima exigida para classificação no requisito (IQT), obtido pelo somatório de QT1, QT2 e QT3, é de **60 (sessenta) pontos**. Pontuação inferior implicará desclassificação da proposta.

**2.11.3.1.3** Caso a proponente obtenha **zero ponto** nos quesitos QT2 ou QT3 estará automaticamente desclassificada.

**2.11.3.2 ÍNDICE DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL (ICT)**

(ICT)

**PONTUAÇÃO MÁXIMA: 100 pontos**

**2.11.3.2.1** A pontuação da capacidade técnica operacional da proponente dar-se-á por meio da aplicação das seguintes valorações:

**(CT1) Experiência dos profissionais disponíveis para execução do contrato**  
**Pontuação Máxima no Quesito: 80 pontos.**

Avaliação conforme informações prestadas no modelo de declaração disponível no Anexo D - MODELO DE DECLARAÇÃO E ENDOSSO DE DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAIS PELA PROPONENTE, integrante das Especificações Técnicas, anexas ao CBC, a ser apresentada com os nomes dos profissionais disponíveis para a execução do contrato, sendo:

- de “a” até “e”: apresentação dos cinco profissionais que serão responsáveis pela coordenação na produtora pelos serviços objeto desta licitação, caso a proponente resulte contratada, incluindo tempo de atuação no mercado, **devidamente endossadas pelos próprios profissionais**. Deverá ser obrigatoriamente indicado, sob pena de desclassificação, 1 (um) responsável para cada uma das seguintes atividades:

**PROFISSIONAIS DE COORDENAÇÃO:**

- a) **Coordenador Executivo:** responsável pela administração geral da equipe, atuando diante da ITAIPU como representante formal para aprovação e assinatura dos documentos contratuais e respondendo às correspondências formais da área gestora;
- b) **Coordenador Financeiro:** responsável pelos aspectos financeiros e orçamentários do contrato, desde a fase de orçamento até a prestação de contas nos relatórios financeiros;
- c) **Coordenador de Produção Publicitária:** responsável pela estimativa de prazos e controle da execução dos serviços de natureza publicitária, administrando os aspectos operacionais da execução dos serviços pelas equipes de captação, edição e finalização de imagens destinadas a esses materiais publicitários;
- d) **Coordenador de Conteúdo/Jornalismo:** responsável técnico pela supervisão editorial dos conteúdos de natureza jornalística, incluindo a condução técnica de entrevistas e apuração das pautas, além da validação de conteúdos jornalísticos, inclusive em demandas envolvendo autoridades e eventos de grande relevância; deve também administrar os aspectos operacionais da execução dos serviços pelas equipes de captação, edição e finalização de imagens destinadas a esses materiais jornalísticos;
- e) **Coordenador de Atendimento:** responsável técnico a quem cabe a recepção das demandas de ITAIPU quando da emissão de Ordens de Serviço (OS), coordenando a realização das reuniões de briefing, a coleta e organização das informações recebidas, e ponto de contato na administração cotidiana e encaminhamento dos assuntos operacionais do contrato.

**PROFISSIONAIS OPERACIONAIS:**

- de “f” até “h”: indicação dos cinco profissionais que estarão à disposição para prestar serviços de natureza artística, sob contratos específicos com a produtora, conforme demanda. Para isso, devem ser apresentadas declarações de disponibilidade e do tempo de atuação no mercado, **devidamente endossadas pelos próprios profissionais**. É obrigatório indicar, sob pena de desclassificação, 2 (dois) profissionais para cada uma das seguintes atividades:

- f) **Cinegrafistas (2 profissionais)** - responsáveis pela coordenação técnica da equipe de cinematografia;
- g) **Jornalistas (2 profissionais)** - responsáveis pela apuração das pautas e conteúdos;
- h) **Editores (2 profissionais)** - responsáveis pela edição e finalização dos materiais audiovisuais.

A pontuação para a capacitação técnica profissional da proponente dar-se-á por meio do critério tempo de experiência, conforme abaixo:

**Tempo de experiência desde o início da atuação na função dos profissionais/fornecedores que serão colocados à disposição de ITAIPU para execução do contrato: pontuação máxima 80 (oitenta) pontos.**

ITEM	RESPONSÁVEL	TEMPO DE EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a	Coordenador Executivo	1 (um) ponto por ano completo desde o início de atividade, até o máximo de 10 pontos (10 anos ou mais)	10,0
b	Coordenador Financeiro	1 (um) ponto por ano completo desde o início de atividade, até o máximo de 10 pontos (10 anos ou mais)	10,0
c	Coordenador de Produção Publicitária	1 (um) ponto por ano completo desde o início de atividade, até o máximo de 10 pontos (10 anos ou mais)	10,0
d	Coordenador de Conteúdo /Jornalismo	1 (um) ponto por ano completo desde o início de atividade, até o máximo de 10 pontos (10 anos ou mais)	10,0
e	Coordenador de Atendimento	1 (um) ponto por ano completo desde o início de atividade, até o máximo de 10 pontos (10 anos ou mais)	10,0
f	Cinegrafistas (2 profissionais)	Para cada um dos profissionais indicados, 0,5 ponto por ano completo desde o início de atividade, até o máximo de 5 pontos (10 anos ou mais) - somando-se ambos os profissionais para a pontuação máxima (10 pontos)	10,0

ITEM	RESPONSÁVEL	TEMPO DE EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
g	Jornalistas (2 profissionais)	Para cada um dos profissionais indicados, 0,5 ponto por ano completo desde o início de atividade, até o máximo de 5 pontos (10 anos ou mais) - somando-se ambos os profissionais para a pontuação máxima (10 pontos)	10,0
h	Editores (2 profissionais)	Para cada um dos profissionais indicados, 0,5 ponto por ano completo desde o início de atividade, até o máximo de 5 pontos (10 anos ou mais) - somando-se ambos os profissionais para a pontuação máxima (10 pontos)	10,0

**(CT-2) Dinâmica de Atendimento**

**Pontuação Máxima no Quesito: pontuação máxima 20 (vinte) pontos.**

A avaliação do requisito (CT-2) dar-se-á por meio da apreciação de um plano, que deverá ser apresentado pela proponente, no qual conste a operacionalidade do relacionamento entre a proponente e a ITAIPU. O plano de operacionalidade, assumido como compromisso contratual por parte da proponente, deve explicitar:

ITEM	CATEGORIAS	TEMPO DE RESPOSTA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
A	Período de tempo em que a proponente se declara apta a atender convocação para reuniões de pré-produção.	menos de 2 horas; ou	5
		entre 2 e 8 horas; ou	3
		Mais de 8 horas	0
B	Prazo em que a proponente se declara apta a mobilizar equipe para captação de imagens em Foz do Iguaçu e região (até 200 km).	menos de 2 horas; ou	5
		entre 2 e 8 horas; ou	3
		Mais de 8 horas	0
C	Prazo em que a proponente se declara apta a iniciar o deslocamento e mobilizar equipe para captação de imagens fora da região (acima de 200 km), dentro da área de abrangência do contrato (PR e sul do MS).	menos de 2 horas; ou	5
		entre 2 e 8 horas; ou	3
		Mais de 8 horas	0
D	Período de tempo em que a proponente se declara apta a mobilizar equipe para edição de imagens.	menos de 2 horas; ou	5

ITEM	CATEGORIAS	TEMPO DE RESPOSTA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
		entre 2 e 8 horas; ou	3
		Mais de 8 horas	0

Para a formatação da proposta quanto ao prazo de atendimento, as proponentes deverão considerar o disposto no Adendo A - DECLARAÇÃO DE PROPOSTA OPERACIONAL PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS, integrante das Especificações Técnicas anexas ao CBC.

**2.11.3.2.2** A pontuação mínima exigida para classificação no requisito (ICT), obtido pelo somatório de CT1 e CT-2, é de 60 (**sessenta**) pontos. Pontuação inferior implicará desclassificação da proposta.

**2.11.3.2.3** Caso a PROPONENTE obtenha **zero ponto** em qualquer um dos quesitos (CT-1 ou CT-2), estará automaticamente desclassificada.

### **2.11.3.3 ÍNDICE DE ANÁLISE DE REPERTÓRIO (IR):**

(IR)

**Pontuação Máxima: 100 pontos**

**2.11.3.3.1** A proponente deverá apresentar, para avaliação técnica, 5 (cinco) peças de repertório já produzidas diretamente por ela. As peças deverão ser entregues em formato MP4, gravadas em dispositivo de memória Pen Drive (Memória USB) anexo à proposta, e serão avaliadas conforme sua adequação à qualidade técnica. É de exclusiva responsabilidade da proponente verificar o perfeito funcionamento das mídias fornecidas em sua proposta.

**2.11.3.3.1.1** Define-se como qualidade padrão aquela em que o material audiovisual apresenta, em conceitos técnicos e estéticos, características compatíveis com o processo de veiculação em mídias de massa. O padrão de qualidade será de excelência ou destaque quando, pela utilização de recursos técnicos ou estéticos, o material audiovisual apresente destaque ou diferenciação positiva quanto à qualidade técnica padrão. Considera-se como deficiente o material que apresente falhas técnicas ou estéticas evidentes em sua realização.

**2.11.3.3.1.2** Com intuito de preservar a isenção e julgamento e igualdade de condições às proponentes, será desconsiderada a apresentação de casos precedentes referentes à ITAIPU ou às suas Fundações, assim com as ações nas quais a Entidade tenha participação direta como organizadora ou promotora; excetuam-se os casos em que houver tão somente patrocínio ou apoio indireto, sem participação da ITAIPU na coordenação ou execução da ação.

**2.11.3.3.2** A pontuação deve obedecer aos seguintes critérios:

**a) Qualidade técnica de captação: até 50 pontos.**

Considerando-se aspectos próprios de captação (filmagem), tais como: iluminação (adequação do uso das luzes na cena, compatibilidade da iluminação com o cenário e os objetos/personagens, etc.); fotografia (enquadramento e composição visual, movimentos de câmera, foco, continuidade de captação entre planos e tomadas, etc.), controle técnico da imagem (exposição, balanço, contraste, etc.); direção de arte

(cenografia, figurino, adereços, objetos de cena, coerência visual do ambiente, etc.); casting (adequação do elenco à execução proposta); direção de cena (condução técnica da interpretação - marcação, naturalidade, continuidade); captação de som direto (clareza, inteligibilidade e controle técnico da captação sonora, do ambiente e dos diálogos), entre outros.

A pontuação será obtida pela média aritmética da soma das notas atribuídas individualmente por cada um dos julgadores a cada uma das 5 (cinco) peças, numa escala de zero a dez, em números integrais (sem casas decimais).

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE TÉCNICA DE CAPTAÇÃO	PARÂMETRO PARA NOTA A SER ATRIBUÍDA PELO JULGADOR
Qualidade técnica que apresenta padrão de excelência ou destaque	9 ou 10
Qualidade técnica padrão	7 ou 8
Qualidade técnica deficiente	6 ou menos

b) **Tratamento e edição audiovisual: até 50 pontos.**

Análise que considera aspectos próprios de edição e finalização de imagens, tais como o uso de recursos de montagem (cortes, transições e fusão de imagens), o ritmo de edição (andamento, fluidez, clareza na organização dos planos, continuidade), a sonoplastia e pós-produção sonora (incluindo desenho de som, efeitos e ambientação sonora, sincronia, adequação e integração da trilha sonora), pós-produção de imagem (color grading, correção), efeitos visuais e animações (padrão de animações, inserts, legendas e similares), entre outros.

A pontuação será obtida pela média aritmética da soma das notas atribuídas individualmente por cada um dos julgadores a cada uma das 5 (cinco) peças, numa escala de zero a dez, em números integrais (sem casas decimais).

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE TRATAMENTO E EDIÇÃO	PARÂMETRO PARA NOTA A SER ATRIBUÍDA PELO JULGADOR
Qualidade técnica que apresenta padrão de excelência ou destaque	9 ou 10
Qualidade técnica padrão	7 ou 8
Qualidade técnica deficiente	6 ou menos.

**2.11.3.3.4** A pontuação mínima exigida para classificação no requisito (IR), obtido pela soma das alíneas A e B, é de 60 (**sessenta**) pontos. Pontuação inferior implicará desclassificação da proposta.

**2.11.3.3.5** Caso a proponente obtenha **zero ponto** em qualquer das letras “a” ou “b” estará automaticamente desclassificada.

**2.11.3.3.6** A avaliação dos quesitos no parecer dos profissionais convocados pela CLNP, de acordo com o previsto em 2.11.1.2 deste CBC, deve buscar consenso entre os avaliadores quanto aos graus nas avaliações de qualidade técnica de captação e no tratamento e edição; ainda que haja variabilidade nas notas a serem sugeridas.

**2.11.3.3.7** Em caso de dissenso entre os profissionais especialistas quanto a esses graus (qualidade técnica que apresenta padrão de excelência ou destaque, qualidade técnica padrão e qualidade técnica deficiente), deverá ser apresentada justificativa pelo avaliador dissidente e inclusa no relatório técnico, em conjunto com as demais justificativas técnicas do julgamento, que serão submetidas à deliberação da CLNP.

#### **2.11.3.4. ÍNDICE DE ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÃO DE PRODUTO AUDIOVISUAL (ID):**

**(ID)**

**Pontuação Máxima: 100 pontos**

**2.11.3.4.1** A proponente deverá produzir e apresentar uma demonstração personalizada de produto audiovisual com duração de até 3 (três) minutos, contendo uma apresentação (*show reel/vídeo reel*) com foco na própria empresa proponente; deve ser elaborado de forma personalizada para a ITAIPU, e apresentar a empresa, sua capacidade e trabalhos precedentes. Tal material destina-se somente à demonstração da qualidade audiovisual do material produzido pela licitante, não podendo ser considerado como comprovação dos critérios de infraestrutura e pessoal constantes no certame. A peça deverá ser entregue em formato MP4, gravada em dispositivo de memória Pen Drive (Memória USB) e anexo à proposta, sendo avaliada conforme sua adequação à qualidade técnica padrão. É de exclusiva responsabilidade da proponente verificar o perfeito funcionamento das mídias fornecidas em sua proposta.

**2.11.3.4.1.1** Define-se como qualidade padrão aquela em que o material audiovisual apresenta, em conceitos técnicos e estéticos, características compatíveis com o processo de veiculação em mídias de massa. O padrão de qualidade será de excelência ou destaque quando, pela utilização de recursos técnicos ou estéticos, o material audiovisual apresente destaque ou diferenciação positiva quanto à qualidade técnica padrão. Considera-se como deficiente o material que apresente falhas técnicas ou estéticas evidentes em sua realização.

**2.11.3.4.1.2** Faculta-se às produtoras a escolha das técnicas e estilo de produção, sendo seu objetivo demonstrativo da capacidade da proponente quanto aos elementos fílmicos (roteiro, captação, edição, pós-produção, trilha e efeitos).

**2.11.3.4.2** A pontuação deve obedecer aos seguintes critérios:

**a) Qualidade técnica de captação: até 50 pontos.**

Considerando-se aspectos próprios de captação (filmagem), tais como: iluminação (adequação do uso das luzes na cena, compatibilidade da iluminação com o cenário e os objetos/personagens, etc.); fotografia (enquadramento e composição visual, movimentos de câmera, foco, continuidade de captação entre planos e tomadas, etc.), controle técnico da imagem (exposição, balanço, contraste, etc.); direção de arte (cenografia, figurino, adereços, objetos de cena, coerência visual do ambiente, etc.); casting (adequação do elenco à execução proposta); direção de cena (condução técnica da interpretação - marcação, naturalidade, continuidade); captação de som direto



(clareza, inteligibilidade e controle técnico da captação sonora, do ambiente e dos diálogos), entre outros.

A pontuação será obtida pela média aritmética da soma das notas atribuídas individualmente por cada um dos julgadores, numa escala de zero a **cinquenta**, em números integrais (sem casas decimais).

AValiação da Qualidade Técnica de Captação	PARâMETRO PARA NOTA A SER ATRIBUÍDA PELO JULGADOR
Qualidade técnica que apresenta padrão de excelência ou destaque	45 a 50
Qualidade técnica padrão	35 a 40
Qualidade técnica deficiente	30 ou menos.

**b) Tratamento e edição audiovisual: até 50 pontos.**

Análise que considera aspectos próprios de edição e finalização de imagens, tais como o uso de recursos de montagem (cortes, transições e fusão de imagens), o ritmo de edição (andamento, fluidez, clareza na organização dos planos, continuidade), a sonoplastia e pós-produção sonora (incluindo desenho de som, efeitos e ambientação sonora, sincronia, adequação e integração da trilha sonora), pós-produção de imagem (color grading, correção), efeitos visuais e animações (padrão de animações, inserts, legendas e similares), entre outros.

A pontuação será obtida pela média aritmética da soma das notas atribuídas individualmente por cada um dos julgadores, numa escala de zero a **cinquenta**, em números integrais (sem casas decimais).

AValiação da Qualidade de Tratamento e Edição	PARâMETRO PARA NOTA A SER ATRIBUÍDA PELO JULGADOR
Qualidade técnica que apresenta padrão de excelência ou destaque	45 a 50
Qualidade técnica padrão	35 a 40
Qualidade técnica deficiente	30 ou menos.

**2.11.3.4.3** A pontuação mínima exigida para classificação no requisito (ID), obtido pela soma das alíneas A e B, é de 60 (**sessenta**) pontos. Pontuação inferior implicará desclassificação da proposta.

**2.11.3.4.4** Caso a proponente obtenha **zero ponto** em qualquer das letras “a” ou “b” estará automaticamente desclassificada.

**2.11.3.4.5** A avaliação dos quesitos no parecer dos profissionais convocados pela CLNP, de acordo com o previsto em 2.11.1.2 deste CBC, deve buscar consenso entre os avaliadores quanto aos graus nas avaliações de qualidade técnica de captação e no tratamento e edição; ainda que haja variabilidade nas notas a serem sugeridas.

**2.11.3.4.6** Em caso de dissenso entre os profissionais especialistas quanto a esses graus (qualidade técnica que apresenta padrão de excelência ou destaque, qualidade técnica padrão e qualidade técnica deficiente), deverá ser apresentada justificativa pelo avaliador dissidente e inclusa no relatório técnico, em conjunto com as demais justificativas técnicas do julgamento, que serão submetidas à deliberação da CLNP.

#### **2.11.4 Cálculo do Índice Técnico (IT)**

- a) Primeiramente, será obtido o **Índice Técnico Específico (ITE)**, utilizando-se a fórmula a seguir:

$$\text{ITE} = \frac{(\text{IQT} \times 2) + (\text{ICT} \times 2) + (\text{IR} \times 3) + (\text{ID} \times 3)}{100}$$

onde

ITE= Índice Técnico Específico  
IQT = Índice de Qualificação Técnica  
ICT = Índice de Capacidade Técnica Operacional  
IR = Índice de Análise de Repertório  
ID = Índice de Análise de Demonstração de Produto Audiovisual

- b) a maior pontuação entre as propostas classificadas (maior ITE), receberá Índice Técnico (IT) = 100 (cem) e as demais propostas serão pontuadas de forma diretamente proporcional aos seus índices ITP, pela seguinte fórmula:

$$\text{IT} = \frac{\text{ITE} \times 100}{\text{Maior ITE}}$$

onde:

IT = Índice Técnico  
ITE= Índice Técnico Específico

#### **2.11.5 Será desclassificada a proposta técnica que:**

- a) não atenda às exigências deste CBC e seus anexos;
- b) não alcance, no Índice Técnico, a nota mínima de 60 (**sessenta**) pontos.

**2.11.5.1** Se todas as propostas técnicas forem desclassificadas, é facultado à ITAIPU solicitar a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas que implicaram desclassificação. O prazo para a apresentação das novas propostas, atendidos os requisitos exigidos em 2.5.1, é de oito dias úteis contados da data da solicitação.

### **2.12 JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**

**2.12.1** O julgamento e a classificação das propostas comerciais são responsabilidade da CLNP.

**2.12.2** A Proposta Comercial será pontuada conforme a planilha de preços e percentuais propostos nos itens relacionados no Anexo V - Planilha De Preços, considerando para tal o

critério somatório dos itens em cada um dos Grupos A, B e C e valor percentual ofertado no Grupo D. (texto específico)

**2.12.3** A avaliação consistirá na aplicação de critérios sobre as pontuações onde, nos quesitos de preços, os menores somatórios obterão índices de preço (IP) máximo e as demais propostas obterão índice de preços inversamente proporcionais; no caso do item D - Serviços Complementares, a avaliação dos percentuais sobre honorários será realizada de modo que a menor taxa obterá índice máximo e as demais taxas obterão índices de taxa inversamente proporcionais. Para consolidar a avaliação serão aplicados então os pesos multiplicadores, conforme fórmulas a seguir:

- a) Índice de Preços para o somatório dos **SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS (Grupo A do Anexo V - Planilha De Preços):**

$$IPad = \frac{MPad}{PPad} \times 15$$

onde:

**IPad** = Índice de Preços para Serviços Administrativos

**MPad** = Menor Preço Proposto para Serviços Administrativos

**PPad** = Preço proposto para Serviços de Captação Audiovisual Institucional e/ou Promocional

- b) Índice de preços relativos à somatória dos **PRODUTOS (Grupo B do Anexo V - Planilha De Preços):**

$$IPpr = \frac{MPpr}{PPpr} \times 25$$

onde:

**IPpr** = Índice de Preços para Produtos

**MPpr** = Menor Preço Proposto para Produtos

**PPpr** = Preço proposto para Produtos

- c) Preços relativos aos Serviços Sob Demanda Audiovisuais (**Grupo C do Anexo V - Planilha de Preços**):

$$IPsd = \frac{MPsd}{PPsd} \times 55$$

onde:

**IPsd** = Índice de Preços para Serviços Sob Demanda

**MPsd** = Menor Preço Proposto para Serviços Sob Demanda

**PPsd** = Preço proposto para Serviços Sob Demanda

- d) Taxa dos **Serviços Complementares (Grupo D do Anexo V - Planilha de Preços):**

$$ITsc = \frac{MTsc}{TPsc} \times 5$$

onde:

ITsc = Índice de **Serviços Complementares**.  
MTsc = Menor Percentual proposto **sobre Serviços Complementares**  
TPsc = Percentual Proposto **sobre Serviços Complementares**

#### 2.12.4 Cálculo do Índice de Preço (IP)

2.12.4.1 O Índice de Preço **Específico (IPE)** será o resultado da pontuação total de cada proposta comercial será obtido mediante a aplicação da fórmula seguinte:

$$\text{IPE} = \text{IPad} + \text{IPpr} + \text{IPsd} + \text{ITsc}$$

onde:

IPE = Índice de Preço Específico  
IPad = Índice de Preços para Serviços Administrativos  
IPpr = Índice de Preços para Produtos  
IPsd = Índice de Preços para Serviços Sob Demanda  
ITsc = Índice de **Serviços Complementares**.

2.12.4.2 A maior pontuação entre as propostas comerciais (maior IPG) receberá “IP” = 100 (cem), e as demais receberão pontos inversamente proporcionais, calculadas pela seguinte fórmula:

$$\text{IP} = \frac{\text{IPE} \times 100}{\text{Maior IPE}}$$

onde:

IP = Índice de Preço  
IPE = Índice de Preço Específico

#### 2.13 CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL

2.13.1 Após a valorização das propostas para cada um dos fatores, técnica e preço, os pontos obtidos serão utilizados no cálculo do Índice Geral (IG), conforme segue:

$$\text{IG} = (0,6 \times \text{IT}) + (0,4 \times \text{IP})$$

onde:

IG = Índice Geral  
IT = Índice Técnico  
IP = Índice de Preço

2.13.2 Será considerada vencedora a proposta que obtiver o maior Índice Geral (IG).

2.13.3 Não se considerará nenhuma oferta de vantagem não prevista nestas instruções nem preço ou vantagem baseada nas propostas comerciais das demais proponentes.

2.13.3 A ordem de classificação das propostas dar-se-á de forma decrescente.

**2.13.3.1** Se houver empate que impossibilite a identificação automática da ordem de classificação desta fase pelo Índice Geral, será considerada melhor classificada a proponente que obtiver a maior pontuação no quesito Índice Técnico (IT).

**2.13.3.2** Se ainda assim se mantiver o empate, a decisão será feita por sorteio em ato público marcado pela CLNP, cuja data será divulgada na forma do item 1.6 deste CBC.

**2.13.4** A ITAIPU desclassificará a proposta:

- a) que não atenda as exigências deste CBC; ou
- b) que apresente percentual ou preço manifestamente inexequível ou excessivo, a seu critério.

**2.13.5** Se todas as propostas comerciais forem desclassificadas, é facultada à ITAIPU solicitar a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas que implicaram a desclassificação. O prazo para a apresentação das novas propostas é de oito dias úteis contados da data da solicitação.

**2.13.6** A ITAIPU, antes de desclassificar a proposta manifestamente inexequível ou excessiva prevista na letra “b” do item 2.13.4 acima, notificará a proponente para que apresente, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data do recebimento da comunicação, a composição de custo para verificação da compatibilidade do valor proposto com os de mercado.

## **2.14 RESULTADO FINAL DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL**

**2.14.1** Concluído o julgamento das propostas técnica e comercial, a CLNP, por meio da Superintendência de Compras, comunicará o resultado da fase de julgamento e classificação das propostas a todos os proponentes, na forma do subitem 1.6.

**2.14.2** Na hipótese de divulgação do resultado na continuidade da sessão pública, a Comissão de Recepção, após declarar a sessão reaberta, prosseguirá com a leitura do resultado do julgamento das propostas comerciais e técnicas, classificação final e declaração do vencedor; e, estando todos as proponentes credenciadas e presentes, proporá em seguida que renunciem à interposição de recurso.

**2.14.2.1** Havendo renúncia expressa por parte de todas as proponentes, consignar-se-á as manifestações em ata, seguindo com a coleta de assinatura dos representantes da ITAIPU e de todas as proponentes em confirmação do ato, dando-se ao final por encerrada a sessão pública.

**2.14.2.2** Não havendo renúncia de qualquer das proponentes, dar-se-á por encerrada a sessão pública, franqueando-se desde já vista do processo e abrindo-se, com isso, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recurso administrativo, conforme estabelecido em 2.15 deste CBC.

**2.14.3** Todas as ocorrências havidas na sessão pública serão registradas em ata circunstanciada a ser assinada pelos representantes da ITAIPU e das proponentes presentes.

**2.14.4** Com a divulgação do resultado final, e não havendo recursos, ou em havendo, após o seu processamento conforme disposto em 2.15, o processo será enviado à autoridade competente da ITAIPU para homologação.

## **2.15 RECURSO ADMINISTRATIVO**

**2.15.1** Das decisões proferidas nesta licitação poderão ser interpostos recursos, contra:

- a) a habilitação ou inabilitação;
- b) a classificação ou desclassificação de propostas, e a declaração do vencedor da licitação;
- c) a revogação ou anulação da licitação.

**2.15.1.1** O recurso administrativo interposto conforme alíneas “a” e “b” do 2.15.1 terá efeito suspensivo.

**2.15.1.2** Os interessados terão direito de vista ao processo licitatório, bastando para tanto, requerer no endereço indicado no Calendário de Eventos, Anexo I.

**2.15.1.2** Nenhum prazo correrá sem que o processo esteja com vista franqueada.

**2.15.2** O recurso deverá ser apresentado na Superintendência de Compras, no endereço estabelecido no Calendário de Eventos, Anexo I.

**2.15.3** Interposto o recurso, dar-se-á conhecimento de seus termos às demais proponentes, que poderão oferecer contrarrazões no prazo e horário previstos no Calendário de Eventos, Anexo I.

**2.15.4** Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

**2.15.4.1** Os prazos aqui referidos só iniciam e vencem nos dias úteis para ITAIPU, no lugar de entrega das propostas.

**2.15.5** A ITAIPU comunicará a todas as proponentes o resultado do recurso administrativo interposto.

## **2.16 ASSINATURA DO CONTRATO**

**2.16.1** A ITAIPU poderá convocar a proponente vencedora desta licitação para assinar o respectivo contrato no prazo de 10 (dez) dias corridos contados a partir do recebimento da respectiva comunicação.

**2.16.1.1** Este prazo poderá ser prorrogado por igual período desde que a proponente vencedora tenha seu pedido de prorrogação aceito pela ITAIPU.

**2.16.2** O instrumento contratual poderá ser assinado em forma física ou eletrônica, a critério da ITAIPU.

**2.16.2.1** Para a assinatura de documentos em forma eletrônica com foro no Brasil, a proponente vencedora deverá usar certificado digital, e-CPF ou e-CNPJ, emitido em conformidade com a Medida Provisória 2.200/2001, sendo obrigatório ao titular do certificado digital fazer prova de que é representante legal da proponente e que possui poderes bastantes para a formalização do instrumento contratual.

**2.16.2.2** A proponente, desde já, concorda e reputa válida a utilização, pela ITAIPU, de certificado digital não emitido pela ICP-Brasil, nos termos do §2º do art. 10 da Medida Provisória 2.200-2/2001.

**2.16.3** Na hipótese de a vencedora desta licitação não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidas neste CBC, a ITAIPU penalizará a proponente com a suspensão temporária de contratar com a ITAIPU pelo prazo de 6 (seis) meses, mediante prévio processo administrativo de aplicação da penalidade cadastral.

**2.16.3.1** Ocorrendo a hipótese prevista em 2.16.3, a ITAIPU poderá, a seu exclusivo critério, convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato nas mesmas condições e preços da primeira classificada, ou declarar fracassada a licitação.

**2.16.4** As sanções previstas em 2.16.3 não se aplica às proponentes convocadas na forma do 2.16.3.1.

## **2.17 DEVOLUÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS TÉCNICA E COMERCIAL**

**2.17.1** As cópias originais ou autenticadas da documentação para a habilitação e os invólucros lacrados das propostas técnica e comercial serão devolvidos após a assinatura do contrato e a pedido da proponente via solicitação formal para o endereço estabelecido no item 5 do Anexo I - Calendário de Eventos.

## **CAPÍTULO III ANEXOS**

Integram este CBC:

ANEXO I	Calendário de Eventos;
ANEXO II	Documentação para a Habilitação;
ANEXO III	Especificações Técnicas;
ANEXO IV	Orçamento Estimado;
ANEXO V	Planilha de Preços;
ANEXO VI	Minuta de Contrato;
ANEXO VII	Enquadramento Tributário;
ANEXO VIII	Diretrizes para a Segurança e Saúde no Trabalho;
ANEXO IX	Normas de Acesso e Circulação de Pessoas, Veículos e Transporte de Materiais e Equipamentos nas Instalações da ITAIPU; e
ANEXO X	Calendário de Feriados.

**OBSERVAÇÃO:** Os Anexos VIII, IX e X estão disponíveis apenas no [site https://compras.itaipu.gov.br](https://compras.itaipu.gov.br), opção “Normas e instruções”.

**APROVAÇÃO:**

<b>Daniele Tassi Simioni Gemael</b> Superintendente de Compras	<b>Bruno Arnaldo Hug de Belmont V.</b> Superintendente Adjunto de Compras
---	--